

**Promoção da saúde para a juventude nas escolas públicas brasileiras: informação, divulgação e conscientização sobre as DSTs e o HIV/Aids****Health promotion for youth in Brazilian public schools: information, dissemination and awareness about STDs and HIV / AIDS**

DOI:10.34115/basrv3n6-014

Recebimento dos originais: 10/10/2019

Aceitação para publicação: 14/11/2019

**Preciliana Barreto de Moraes**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade Estadual do Ceará - UECE

Endereço: Avenida Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi, Bairro Serrinha, Cidade Fortaleza, CE, Brasil

E-mail: preciliana.morais@uece.br

**Rosendo Freitas de Amorim**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Endereço: Avenida Washington Soares, 1321, Bairro Edson Queiroz, Cidade Fortaleza, CE Brasil

E-mail: rosendo@unifor.br

**Francisco José Rodrigues**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Endereço: Avenida Washington Soares, 1321, Bairro Edson Queiroz, Cidade Fortaleza, CE Brasil

E-mail: philos.franze@gmail.com

**RESUMO**

A relação entre escola, juventude, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV/AIDS no Brasil tem provocado muitos debates nos órgãos do governo responsáveis em promover estratégias de prevenção para esse grupo. Por vivenciar uma época de descobertas e experimentações, a juventude torna-se um segmento bastante vulnerável às DSTs e à infecção pelo vírus HIV. Nesse contexto, o trabalho se propõe a analisar o conteúdo do que está sendo produzido e divulgado pelos órgãos governamentais, no formato de documentos (impressos ou/e virtuais), voltados para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e do vírus HIV/AIDS para a população jovem das Escolas Públicas Brasileiras. A hermenêutica da profundidade utilizada por John Thompson (1995) nos permitiu analisar o conteúdo dos documentos selecionados, organizado numa série de manuais oriundos do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Nas mais recentes pesquisas sobre DSTs e HIV/AIDS realizadas pelo Ministério da Saúde, estima-se que 630.000 brasileiros sejam portadores do vírus HIV ou já desenvolveram a AIDS, e 255.000 sequer sabem que têm o vírus. No estado do Ceará, atualmente, 11.397 cearenses recebem tratamento contra a AIDS e a taxa de mortalidade é preocupante. Este fato é decorrente do diagnóstico tardio, do abandono do tratamento, seja pelo paciente apresentar melhora e acreditar que não precisa mais da medicação, seja pelos efeitos

colaterais ou por vergonha de ingerir os medicamentos na frente de outras pessoas. Tal comportamento denuncia uma falta de conscientização e de aceitação da doença por parte dos próprios portadores. No que concerne à juventude, existe uma tendência de queda no uso de preservativos: no ano de 2004, 51,6% da população usava. Nos anos 2000, o número caiu para 46,5%. Na faixa etária de 13 a 19 anos, entre meninos, foram constatados ainda mais casos de AIDS por transmissão homossexual, 33,5% do que heterossexual, que é de 28,3%. Diante deste contexto, foi de fundamental importância pesquisarmos o conteúdo dos documentos do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) por nos possibilitar compreender os avanços, desafios e possibilidades dos órgãos de saúde na tentativa de informar para promover uma consciência de prevenção nesse segmento geracional.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde, Juventude, Escola, Documentos Públicos, DSTs e HIV/AIDS.

### **ABSTRACT**

The relationship between school, youth, sexually transmitted diseases (STD), and HIV / AIDS in Brazil has provoked much debate in government agencies responsible for promoting prevention strategies for this group. Experiencing a time of discovery and experimentation, youth becomes a very vulnerable segment to STDs and HIV infection. In this context, the paper aims to analyze the content of what is being produced and disseminated by government agencies, in the form of documents (printed or / and virtual), aimed at the prevention of sexually transmitted diseases (STDs) and the HIV / AIDS for the young population of the Brazilian Public Schools. The depth hermeneutics used by John Thompson (1995) allowed us to analyze the content of the selected documents, organized in a series of manuals from the School Health and Prevention Program (SPE). In the latest research on STDs and HIV / AIDS conducted by the Ministry of Health, it is estimated that 630,000 Brazilians have the HIV virus or have already developed AIDS, and 255,000 do not even know they have the virus. In the state of Ceará, currently 11,397 Cearenses receive treatment against AIDS and the mortality rate is worrying. This fact is due to the late diagnosis, the abandonment of treatment, whether the patient is improving and believing that they no longer need the medication, either because of side effects or ashamed to take the drugs in front of other people. Such behavior denounces a lack of awareness and acceptance of the disease by the patients themselves. With regard to youth, there is a downward trend in condom use: in 2004, 51.6% of the population used it. In the 2000s, the number dropped to 46.5%. In the age group of 13 to 19 years, among boys, there were even more cases of AIDS from homosexual transmission, 33.5% than heterosexual, which is 28.3%. Given this context, it was of fundamental importance to research the content of the Health and Prevention at School (SPE) Program documents as it enables us to understand the advances, challenges and possibilities of health agencies in an attempt to inform to promote awareness of prevention in this generational segment.

**Keywords:** Health Promotion, Youth, School, Public Documents, STDs and HIV / AIDS.

### **1 INTRODUÇÃO**

A relação entre escola, juventude, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV/AIDS no Brasil tem provocado muitos debates nos órgãos do governo responsáveis em promover estratégias de prevenção para esse grupo. Por vivenciar uma época de descobertas e experimentações, a juventude torna-se um segmento bastante vulnerável às DSTs e à infecção pelo vírus HIV. Embora exista um estatuto que defina a faixa etária da juventude

compreendendo um intervalo da vida que vai dos 15 aos 29 anos, a noção desse grupo geracional não se limita a esse recorte. Segundo Bourdieu (1983), as faixas etárias são repletas de pré-noções construídas culturalmente, e por isso, “manipuladas” e “manipuláveis” de acordo com a dinâmica dos comportamentos, as definições de ações sociopolíticas e as demandas dos grupos sociais. Para o autor o problema do recorte etário para as pesquisas sociais é considerar os jovens como uma unidade social, subentendendo que todos são dotados dos mesmos interesses e realizadores das mesmas práticas.

Orientado pelas análises de Bourdieu, Machado Pais, critica as abordagens que considera os jovens representantes de uma cultura juvenil “unitária” e define a juventude como uma categoria socialmente construída, elaborada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo. (PAIS, 1996) nesse sentido o autor aponta para a compreensão da categoria entendida na sua pluralidade, representante não de uma “cultura juvenil unitária”, mas sim de “Culturas Juvenis”. Portanto considerar a pluralidade juvenil e suas especificidades é fundamental para a criação de estratégias de prevenção.

Partindo da compreensão de que a educação preventiva às DSTs e HIV/AIDS nas escolas é fundamentalmente uma questão política, no sentido de ‘agir para transformar’, nos inspiramos nas discussões do antropólogo Richard Parker (2000) quando defende que o mais significativo é a nossa capacidade de construir coletivamente, com as nossas mãos na massa, um mundo mais justo, consciente e digno. Nesse caso, analisar o conteúdo do que está sendo produzido e divulgado pelos órgãos governamentais, no formato de documentos (impressos ou/e virtuais), voltados para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e do vírus HIV/AIDS para a população jovem das Escolas Públicas Brasileiras, tornou-se o nosso interesse maior de pesquisa.

Verificar como são tratados temas tão cotidianos, mesmo que controversos, como sexo/corpo/prazer/DSTs e HIV/AIDS, com uma população aberta às experiências sexuais, nos demanda tanto uma responsabilidade profissional, como também uma sensibilidade diante dos jovens, suas maneiras de pensar o mundo e suas preocupações cotidianas.

## **2 METODOLOGIA**

Os órgãos governamentais responsáveis pelo cuidado da saúde da população, na sua constituição como campo de práticas e produção de saberes sobre os binômios saúde e doença; DSTs e HIV/AIDS; endemias e epidemias; corpos individual e coletivo; discursos e registros documentais, dentre outros, trazem uma variedade de situações, de conhecimentos e de práticas

que nos remetem a buscar suporte em ferramentas metodológicas capazes de nos auxiliar nos estudos dessas categorias. A hermenêutica da profundidade utilizada por John Thompson (1995, p. 356), nos permitiu analisar o conteúdo dos documentos selecionados, organizado numa série de manuais oriundos do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Segundo o autor, tal método se propõe ser um referencial metodológico geral, dentro do qual outros métodos de análise existentes podem ser situados e ligados entre si. Seu propósito é mostrar como análises diferenciadas sobre a cultura, por exemplo, podem ser inter-relacionadas de uma maneira sistemática, combinadas dentro de um movimento de pensamento coerente, que iluminará diferentes aspectos desses fenômenos multifacetados.

Comungando com tal proposta, a perspectiva arqueológico-genealógica foucaultiana (1987), que analisa as práticas discursivas com suas regras de formação, nos auxiliou, também, na compreensão sobre as categorias de saúde e doença; endemias e epidemias; corpos individual e coletivo; discursos e registros documentais; saberes e discursos médicos etc. (FOUCAULT, 1987).

Numa dimensão mais específica, utilizamos o método de análise de documentos de domínio público (SPINK, 1999), considerando que a análise do conteúdo dos textos em questão, possibilita uma incursão em um contexto discursivo, no qual está registrado a tensão entre a natureza e a cultura, intensificada pelas doenças que estão associadas às condutas sexuais e a incurabilidade e pela regulação médica por meio dos discursos de manutenção da saúde e da vida.

Esse processo metodológico nos permitiu identificar nos documentos do Ministério da Saúde, mais especificamente o Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), diretrizes discursivas de prevenção e promoção da saúde frente às doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV/AIDS mais condizentes com uma realidade juvenil múltipla, heterogênea e complexa, que demanda intervenções de cunho mais criativo e diversificado. Daí a preocupação na produção de manuais que atendam a estas expectativas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nas mais recentes pesquisas sobre DSTs e HIV/AIDS realizadas pelo Ministério da Saúde, estima-se que 630.000 brasileiros sejam portadores do vírus HIV ou já desenvolveram a AIDS, e 255.000 sequer sabem que têm o vírus. A primeira vítima do vírus no Brasil, no início dos anos de 1980, padeceu da doença após três meses do surgimento do primeiro sintoma, porém hoje há casos de brasileiros que convivem com as manifestações causadas pelo vírus há pelo menos 20 anos. Entretanto, todos os dias 32 pessoas ainda morrem de AIDS no país. Após

quase 40 anos do primeiro registro da doença, cidades como o Rio de Janeiro ainda apresentam índices de contaminação e mortalidade significativos, apresentando-se como o 2ª estado brasileiro no ranking em mortalidade de pacientes soropositivos. Segundo as estatísticas do Ministério, a cada dois dias nove pessoas morrem de AIDS em todo o estado. Existem postos de assistência médica com a demanda de 2.100 pacientes para 5 médicos infectologista, ou seja, 420 pacientes para cada médico. A consulta que em média dura uma hora na rede particular no SUS dura apenas 15 minutos. Tal quadro corresponde à situação da maioria dos estados brasileiros que enfrentam, cotidianamente, a falta de infraestrutura, de recursos humanos e de políticas públicas mais efetivas no campo da saúde e, conseqüentemente, no tratamento das DSTs e do HIV/AIDS.

Avaliando o quadro local, o Ceará é o terceiro estado do Nordeste em registro de casos de AIDS. Aqui o primeiro caso da doença foi diagnosticado em 1983. Em 2012, até outubro, foram registrados 429 casos (53% foram diagnosticados em Fortaleza). Em relação ao Brasil, o estado aparece na nona posição no ranking dos estados com o maior número de casos da doença, de acordo com o Ministério da Saúde. Segundo a Secretária da Saúde do Estado (SESA), das 11.759 pessoas notificadas com a AIDS, 61% delas vivem na capital e 70% do total são homens. Atualmente, 11.397 cearenses recebem tratamento contra a AIDS, no entanto esse número não corresponde ao total de pessoas notificadas como portadores do vírus. A supervisão do Núcleo de Prevenção e Controle de Doenças e Agravos (NUPREV) da SESA considera o número positivo, porém a incidência da doença vem crescendo. Em 2011 o estado apresentou o maior número de pessoas infectadas nos últimos 15 anos, 9,7 para cada 100 mil habitantes. Este fato é decorrente do diagnóstico tardio. A taxa de mortalidade subiu nos últimos anos e atualmente é de 3% para cada 100 mil habitantes. O principal motivo desse aumento é o abandono do tratamento, seja pelo paciente apresentar melhora e acreditar que não precisa mais da medicação, seja pelos efeitos colaterais ou por vergonha de ingerir os medicamentos na frente de outras pessoas. Tal comportamento denuncia uma falta de conscientização e de aceitação da doença por parte dos próprios portadores.

De acordo com outra pesquisa “Juventude, Comportamento e DST/AIDS”, realizada pela Caixa Seguros em 2012 com o acompanhamento do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), quatro a cada dez jovens brasileiros não usam camisinha por achar desnecessário em uma relação estável, pois três em cada dez entrevistados ficariam desconfiados do parceiro ou da parceira caso ele ou ela propusesse o uso do preservativo. A pesquisa foi realizada com 1.208 jovens, com idades entre 18 a 29 anos, em 15 estados, entre eles o Ceará. Ao todo, 91% dos entrevistados já tiveram relação sexual, sendo que 40% não

consideram o uso de camisinha um método eficiente na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) ou até mesmo para evitar a gravidez. Entre os jovens de 13 a 29, há mais casos de AIDS em meninas que em meninos, contrariando os registros epidemiológicos de décadas anteriores, em que no quadro geral, a proporção de homens infectados apresentava-se maior do que o número de mulheres. Em 2011, foram registrados 828 casos de AIDS em jovens brasileiros de 15 a 24 anos. Assim, o foco em prevenção e conscientização para a realização dos testes é uma das metas atuais das instâncias de saúde.

Ainda com relação à pesquisa supracitada, realizada pelo Ministério da Saúde, sobre o comportamento sexual, o brasileiro tem consciência que o uso de preservativo é importante e fundamental para a não contaminação por qualquer infecção sexualmente transmissível, mas nas suas práticas sexuais o preservativo é esquecido ou deixado de lado. Ainda de acordo com o estudo, existe uma tendência de queda no uso de preservativos: no ano de 2004, 51,6% da população usava. 10 anos depois, o número caiu para 46,5%. Na faixa etária de 13 a 19 anos, entre meninos, foram constatados ainda mais casos de AIDS por transmissão homossexual, 33,5% do que heterossexual, que é de 28,3%.

Existe uma dificuldade de tratar de certos assuntos com os jovens infectados pelo HIV. A grande maioria destes jovens demonstra um desconforto de falar sobre algo que remete a sua intimidade e a sua nova condição de soropositividade. Eles preferem evitar de falar sobre sexo sem prevenção e doenças sexualmente transmissíveis, pois esse debate aponta os problemas e limites que esses jovens enfrentarão a partir de agora, principalmente no campo das práticas sexuais, que para esse grupo se tornariam limitadas, interdidas.

Diante deste contexto, foi de fundamental importância pesquisarmos o conteúdo dos documentos por nos possibilitar compreender os avanços, desafios e possibilidades dos órgãos de saúde na tentativa de informar para promover uma consciência de prevenção nesse segmento geracional.

Com esse propósito, identificamos uma variedade de informes preventivos e finalmente nos debruçamos sobre os documentos disponibilizados em duas plataformas online: a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério e o portal do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais. Nessas plataformas foi considerado o quantitativo de 10 (dez) documentos os quais foram publicados durante o período de 2006 a 2010. Os documentos selecionados são uma série de manuais do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que têm como propósito promover a articulação dos setores de saúde e educação no enfrentamento da problemática das DSTs e da epidemia do HIV/AIDS nas populações de adolescentes e jovens. Em nível nacional, o Programa SPE é conduzido pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Há

também na elaboração desses documentos do Ministério da Saúde, a parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde e o Programa Nacional de DSTs e HIV/AIDS. Além disso, durante a pesquisa documental nas plataformas virtuais do Governo Federal, realizamos também visitas as Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação em Fortaleza/CE, e obtivemos a informação que a série de Manuais do Programa SPE, no formato impresso, é distribuída apenas para as Secretarias Estaduais de Saúde e que é feito o repasse de alguns exemplares para as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação, ficando a critério das mesmas a reprodução desse material para as Escolas Municipais.

#### **4 CONCLUSÃO**

O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), como política alternativa de prevenção em saúde, tem como um dos focos centrais o problema da vulnerabilidade individual, coletiva e institucional, que se configura como uma problemática concreta na realidade sociocultural brasileira, especificamente na faixa etária de 13 a 24 anos, sendo esse grupo geracional o que atualmente é mais acometido pelo HIV/AIDS. (Programa SPE, 2006). Diante disso, no que diz respeito ao conteúdo dos Manuais, ele direciona-se para as áreas da promoção da saúde e da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e para o cuidado à saúde entre adolescentes e jovens. Entretanto, cada Manual (fascículo) aborda uma temática específica. São elas: sexualidade, prevenção das DSTs e HIV/AIDS, cidadania e participação, direitos humanos, relações de gênero, diversidade sexual, raça e etnia. Verificamos também que no conteúdo dos Manuais do Programa SPE há uma orientação mais específica para as pautas socioculturais e políticas de identidade de gênero; orientações sexuais e diversidades étnicas, as quais constituem a discussão no que concerne à diversidade social, sexual e dos direitos humanos.

O Programa SPE destaca que para trabalhar a promoção da saúde com adolescentes e jovens frente às DSTs e HIV/AIDS é fundamental dialogar com as variáveis que envolvem a diversidade sexual. Nesse sentido, o Programa SPE trabalha o conceito de diversidade em três aspectos: identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual. A primeira categoria, a de identidade de gênero é compreendida no texto dos documentos (Manuais) do Programa SPE na perspectiva de construção social, ou seja, parte da premissa de que os indivíduos são moldados pelo meio social, no qual estão inseridos. Segundo o Manual de Prevenção das DSTs, HIV e AIDS, podemos conceituar gênero como sendo um conjunto de representações sociais elaboradas a partir da diferença biológica dos sexos. Nessa concepção construtivista, a noção de cultura é posta como fator determinante, ela orientaria os costumes, comportamentos, as

práticas, representações, regras, etc., isto é, a cultura funcionaria como formadora das identidades e definidora dos papéis sociais de homens e mulheres.

Os documentos do Ministério da Saúde também abordam a categoria de orientação sexual. Num plano analítico mais amplo, a sexualidade se constitui – como já foi dito – por meio de uma rede de construções socioculturais. No caso da categoria orientações sexuais, (Homossexualidade, Heterossexualidade, Bissexualidade, dentre outras), esta é abordada nos Manuais do Ministério da Saúde (SPE) no viés de uma representação de pluralidades das sexualidades, nas quais o desejo será o fator que orientará a conduta afetiva/sexual dos sujeitos.

Esse material do Programa SPE traz a proposta de aplicabilidade das temáticas acima, citadas por meio da utilização de oficinas – presentes nos Manuais – com os adolescentes e jovens nas escolas públicas, objetivando a informação e formação desse público sobre as questões de prevenção, cuidados e assistência frente às DSTs, HIV/AIDS. No Manual sobre prevenção as DSTs e HIV/AIDS as oficinas são orientadas por eixos como: informações contextuais sobre o assunto; desconstrução de preconceitos e estigmas e prevenção no cuidado individual e coletivo. Igualmente, os Manuais facilitam tanto o aprofundamento do conhecimento sobre a prevenção e o tratamento das DSTs e HIV/AIDS, como também transformam esse conhecimento numa ação educativa.

Segundo os Ministérios da Saúde e da Educação, trabalhar com essa temática requer uma abordagem pedagógica que possibilite a utilização de conceitos científicos, de atividades lúdicas, tais como, poesias, músicas, ferramentas audiovisuais e da dramaturgia e também textos jornalísticos, dados históricos e de pesquisa. Essas oficinas tem o caráter educativo profilático e são orientadas pela metodologia de “educação entre pares” que é um método no qual os próprios adolescentes e jovens estudantes estão no papel de facilitadores das atividades dos Manuais. Nessa perspectiva podemos inferir – por meio da análise dos documentos – que o intuito desses conteúdos, é antes de tudo, explorar em sala de aula uma série de questões referentes à sexualidade, que são recorrentes nos contextos socioculturais de adolescentes e jovens, e por serem problemáticas e complexas, na maioria das vezes, não são interpeladas no ambiente escolar.

Neste contexto, os documentos do Programa SPE propõem todo um trabalho de educação preventiva, promoção da saúde e de conscientização política nas escolas públicas frente ao corpo, à sexualidade, às DSTs e ao HIV/AIDS.



**REFERÊNCIAS**

Link da biblioteca virtual em saúde do Ministério, onde se encontram os Manuais do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/?output=site&lang=pt&from=1&sort=&format=summary&count=20&fb=&page=1&q=Sa%C3%BAde+e+Preven%C3%A7%C3%A3o+nas+Escolas&index=&where=ALL>

Link do portal Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais:

<http://www.aids.gov.br/publicacao/adolescentes-e-jovens-para-educacao-entre-pares-spe>

BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é apenas uma palavra In: \_\_. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Ed.). Dados sobre a AIDS. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.html>>. Acesso em: 04 maio 2013.

PAIS, José Machado. “A transição dos jovens para a vida adulta”. In: PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

PARKER, Richard. Na Contramão da Aids: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.

PLANALTO (Ed.). Legislação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 07 maio 2013.

SPINK, Peter. “Análise de documentos públicos”. In SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo: Cortez, 1999.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.